

A ADMINISTRAÇÃO DO PINGO DOCE PERSEGUE DIRIGENTES SINDICAIS



O Pingo Doce tenta, através da publicidade, passar uma imagem de empresa modelo onde clientes e trabalhadores encontrariam a felicidade, no entanto, a realidade é bem diferente.

A administração tem vindo a perseguir os seus trabalhadores, em total desrespeito pelos direitos sindicais consagrados na Constituição da República Portuguesa, nomeadamente a liberdade sindical (artigo 55º) "condição e garantia da construção da sua unidade para defesa dos seus direitos e interesses". É o regime democrático que está em causa quando, num processo quase pidesco, a administração move processos disciplinares a dirigentes sindicais por recolherem assinaturas a reivindicar aumentos salariais e outras condições de trabalho, questionando todos os trabalhadores que assinaram o documento, numa ingerência inaceitável nas mais básicas liberdades individuais.

O PCP denuncia a pressão e perseguição levada a cabo pela administração do Pingo Doce, loja dos Olivais, a dirigentes, delegados sindicais e trabalhadores.

Não se admite, num Estado de Direito Democrático que se questionem os trabalhadores sobre os documentos que assinam, em que condições o assinam, numa violação clara do direito de expressão, do direito e liberdade de pensamento, e num claro processo de perseguição aos delegados sindicais do CESP que promoveram o abaixo-assinado.

O PCP relembra que foi esta mesma administração que obrigou os seus trabalhadores, a nível nacional, a entregarem um abaixo-assinado aos clientes para que o comércio não encerrasse ao domingo.

O PCP relembra que é o Pingo Doce que questiona os candidatos a emprego sobre a idade dos filhos, tudo isto, impunemente, perante a conivência da ACT.

O PCP relembra que o Grupo Pingo Doce, que faz parte da Sociedade Francisco Martins dos Santos, realizou uma deslocalização fiscal para o off-shore da Holanda, onde a fuga de capitais pode significar mais de 20 milhões de euros dos cofres do Estado Português.

Estes episódios demonstram bem o ataque organizado do Governo PSD / CDS-PP, com a cumplicidade do PS e do Presidente da República, e do capital contra os direitos de todos os trabalhadores e, particularmente, os direitos sindicais.

Ao mesmo tempo que impõem sacrifícios a todos os trabalhadores, permitem que os grandes grupos económicos, como é o caso do Grupo Pingo Doce, com lucros fabulosos possam fugir ao pagamento de impostos em Portugal.

O PCP exige a actuação imediata das autoridades para que mais um episódio de flagrante ataque aos direitos constitucionais e laborais por parte do Pingo Doce não passe impune.

**A DIRECÇÃO DA ORGANIZAÇÃO
DA CIDADE DE LISBOA DO PCP**

